

PREFÁCIO

Nesses últimos tempos, é notável o amadurecimento institucional, regulatório e acadêmico para os temas que envolvem a infraestrutura e o investimento privado em empreendimentos públicos no Brasil. Há, hoje, inúmeras experiências significativas a compartilhar, assim como intrincadas reflexões que a vivência prática vem despertando a todo o instante, dada a riqueza das iniciativas e a complexidade dos múltiplos projetos em curso. Talvez tenha chegado a hora de o País consolidar-se, de uma vez por todas, como um exportador massivo de casos e exemplos, e inspirar positivamente o debate científico internacional.

Haja vista esse panorama, a presente edição da revista Publicações da Escola da AGU, dedicada a tratar de temas jurídico-regulatórios relevantes em transportes terrestres, mostra-se especialmente oportuna. Diga-se mais: ela é oportuna e aderente às expectativas de que há muito para contar da experiência regulatória brasileira contemporânea, sobretudo no mundo das concessões de rodovias e ferrovias.

Nesta segunda parte do volume, será possível colher, diretamente de quem hoje está no fronte das discussões sobre os assuntos mais vanguardistas da infraestrutura de transporte terrestres, o testemunho dos desafios e das soluções construídas no dia a dia profissional e acadêmico. Agentes públicos, dentre os melhores quadros da Administração Pública, advogados de escol e professores de elevadíssimo quilate vêm brindar o leitor com tópicos atuais e de grande relevância prática. Quem se debruçar sobre os artigos coligidos na revista perceberá o amplo espectro e a profundidade das abordagens desenvolvidas pelos seus respeitáveis autores.

Por exemplo: será possível conhecer o relato das primeiras experiências relacionadas ao uso dos ainda promissores comitês de resolução de disputas – os dispute boards – no setor de rodovias. Também nesse setor, poderão ser examinados os pormenores de processo arbitral que antecedeu a extinção de importante contrato de concessão. Ambas as exposições permitem projetar um horizonte otimista quanto à adoção de tais institutos alternativos de resolução de conflitos no âmbito de contratos públicos de infraestrutura no Brasil.

Mais adiante, será possível adentrar na análise, igualmente atualíssima, do tratamento dos bens das concessões e sua reversibilidade, que tanto se faz importante sob o contexto do término de contratos

concessórios da década de 90 e das relicitações. Outra contribuição de relevo é a que parte dos próprios reguladores, que narram a visão da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT a respeito: da regulação, em si; da responsabilidade da agência quanto à aprovação de projetos (aspecto que exerce forte impacto sobre os cronogramas de obras nas concessões); e daquela que talvez seja uma das mais marcantes e arrojadas revisões regulatórias perpetradas nos últimos anos: a criação do Regulamento de Concessões Rodoviárias – o RCR.

Já no plano das ferrovias, chama a atenção os artigos que se propõem a analisar a mecânica dos investimentos cruzados, prática hoje já tornada realidade pelo Ministério da Infraestrutura, com a chancela do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. Mais um tema de destaque, e que tem instigado acalorados debates e nutrido fortes expectativas de uma nova onda de investimentos no sistema ferroviário nacional, envolve o novo marco legal das ferrovias e a disciplina do instituto das autorizações no setor.

Por fim, e não menos importante, o leitor se deparará com provocativo artigo que examina o regime do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros – o denominado TRIIP – e as ponderações que o tópico suscita sob o prisma da regulação econômica, em um trabalho analítico de fôlego.

Por tudo quanto a revista reúne, é imperioso enaltecer a iniciativa da Escola da AGU, destacando, em específico, a dedicação e esmero investidos pelos coordenadores do volume, Mauro César Santiago Chaves e Natália Resende Andrade Ávila. Ambos, junto com outros tantos servidores da Advocacia-Geral da União, vêm desempenhando trabalho de excelência nas posições que ocupam, ajudando a construir uma nova e vibrante história da infraestrutura brasileira – parte da qual é registrada, com intenso controle metodológico e muita galhardia, nas páginas a seguir. Não há dúvidas de que vale a leitura!

Marco Aurélio De Barcelos Silva

Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR

Fernando Paes

Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF.

Diretor da Seção Ferroviária da Confederação Nacional dos Transportes – CNT